

## **Políticas públicas e programas de incentivo à integração de tecnologias no ensino<sup>1</sup>**

*Public policies and incentive programs for the integration of teaching technologies*

*Políticas públicas y programas de incentivo a la integración de las tecnologías de enseñanza*

*Marcelo José Hanauer<sup>2</sup>*  
*Ilse Abegg<sup>3</sup>*

**Citação:** HANAUER, M. J.; ABEGG, I. Políticas públicas e programas de incentivo à integração de tecnologias no ensino. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 11, n. 16. Novembro de 2017.

### **Resumo**

Trata-se de uma revisão da literatura que pretende refletir sobre políticas públicas e programas de incentivo à integração de tecnologias no ensino, com enfoque no Ensino Médio. Partimos do pressuposto de que, para pensar as políticas públicas educacionais na educação, é necessário compreender o contexto no qual emergem as concepções das mesmas. Assim, realizamos alguns apontamentos sobre políticas públicas no Brasil contemporâneo ao passo que refletimos sobre as políticas de incentivo à integração de tecnologias no ensino. O artigo divide-se em três partes, que abordam respectivamente: (i) conceitualização de políticas públicas, diferença entre políticas de Estado e de governo; (ii) campo específico das políticas e programas educacionais; (iii) políticas e programas de incentivo à integração de tecnologias no ensino. Concluímos sinalizando que as políticas públicas de incentivo à integração de tecnologias no ensino precisam ser examinadas e não depreciadas, bem como, aperfeiçoadas continuamente para que seja possível a efetivação de seus objetivos.

**Palavras-chave:** Política Públicas; Programas de Governo; Integração de Tecnologias no Ensino.

### **Abstract**

This article is a literature review that intends to reflect about public policies and programs to encourage the integration of technologies in education, focusing on High School. We start from the assumption that, in order to think public educational policies, is necessary to understand the context in which the conceptions emerge. Thus, we made some notes on public policies in contemporary Brazil, while we reflect on policies to encourage the integration of technologies in education. The article is divided in three parts, which address respectively: (i) conceptualization of public policies, difference between state and government policies; (ii) specific field of educational policies and programs; (iii) policies and programs to encourage the integration of technologies in education. We conclude by pointing out that public policies that encourage

---

1 Auxílio financeiro: Bolsa de Mestrado Capes

2 Especialização em Atendimento Educacional Especializado. Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: marcelojosehanauerad@gmail.com

3 Doutora em Informática na Educação. Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: ilse.abegg@ufsm.br

the integration of technologies in education need to be examined and not depreciated, as well as continually improved in order to achieve their goals.

**Keywords:** Public Policy; Government Programs; Integration of Technologies in Teaching.

**Resumem:**

Se trata de una revisión de la literatura que pretende reflexionar sobre políticas públicas y programas de incentivo a la integración de tecnologías en la enseñanza, con enfoque en la Enseñanza Secundaria. Partimos del supuesto de que, para pensar las políticas públicas educativas en la educación, es necesario comprender el contexto en el que emergen las concepciones de las mismas. Así, realizamos algunos apuntes sobre políticas públicas en el Brasil contemporáneo, mientras que reflexionamos sobre las políticas de incentivo a la integración de tecnologías en la enseñanza. El artículo se divide en tres partes, que abordan respectivamente: (i) conceptualización de políticas públicas, diferencia entre políticas de Estado y de gobierno; (ii) campo específico de las políticas y programas educativos; (iii) políticas y programas de estímulo a la integración de tecnologías en la enseñanza. Concluimos señalando que las políticas públicas de incentivo a la integración de tecnologías en la enseñanza necesitan ser examinadas y no depreciadas, así como, perfeccionadas continuamente para que sea posible la efectividad de sus objetivos.

**Palabras-clave:** Política Pública; Programas de Gobierno; Integración de Tecnologías en la Enseñanza.

### **Políticas Públicas no Brasil Contemporâneo**

Política é sinônimo de luta pelo poder (SOUZA, 2016). Nos diferentes contextos onde se expressa, política remete a conflito, a disputa de interesses pela conquista e manutenção do poder. Poder que se manifesta através das diferentes formas e possibilidades de governar (SANDER, 2005).

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Haja vista que este é um campo multidisciplinar em que se realizam análises e interpretações dos mais variados matizes por profissionais de áreas distintas do conhecimento. Estando ciente desta situação, ainda assim, Boneti (2006, p. 74) buscando estabelecer um “conceito” de políticas públicas (com o qual concordamos) em seu livro *Políticas públicas por dentro* escreve:

A partir de uma nova dimensão social das últimas décadas e sua repercussão direta na organização social e política da sociedade, é possível compreender como políticas públicas as ações que nascem do contexto social, mas que passam pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública numa realidade social, quer seja para fazer investimentos ou para uma mera regulamentação administrativa. Entende-se por políticas públicas o resultado da dinâmica do jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder, relações essas constituídas pelos grupos econômicos e políticos, classes sociais e demais organizações da sociedade civil. Tais relações determinam um conjunto de ações atribuídas à instituição estatal, que provocam o direcionamento (e/ou redirecionamento) dos rumos das ações de intervenção administrativa do Estado na realidade social e/ou de investimentos. Nesse caso, pode-se dizer que o Estado se apresenta apenas como um agente repassador à sociedade civil das decisões saídas do âmbito da correlação de forças travadas entre os agentes do poder [...].

De acordo com Souza (2006) e Coelho (2012), no Brasil, a maioria das políticas públicas envolve alguns trâmites, **ciclos ou etapas**, os quais precisam ser observados para que aconteça tanto o correto andamento da política pública como o alcance efetivo e eficaz dos objetivos a que ela se propõe. Tendo em vista esse fato, é pertinente entendermos minimamente estas etapas para podermos nos posicionar mais adequadamente sobre o assunto em pauta. Vejamos.

Para Souza (2006) e Coelho (2012), a **1ª Etapa** de uma política pública é entendida como a **agenda** ou a **ideia inicial**. O que isso significa? Para além desse entendimento superficial, a agenda ou a ideia inicial é a vontade de algo, isto é, a vontade de fazer algo expressa por grupos sociais e entidades, em relação à determinadas circunstâncias concretas que se apresentam nos múltiplos âmbitos e espaços da sociedade brasileira. Tendo em vista essa leitura, é possível afirmar que qualquer pessoa pertencente a qualquer grupo social ou entidade pode propor a agenda? Em resposta, pode-se afirmar que não. Uma vez que, geralmente, a agenda (ideia inicial) é o fruto ou o resultado do planejamento de grupos sociais e entidades que já estão inscritos dentro de um processo político formal e não de grupos sociais e entidades que estão fora desse processo. Nesse sentido, o processo de construção da agenda tem muita relação com a força e o modo de atuação dos partidos políticos junto aos diferentes poderes constituídos, isto é, o executivo, o legislativo e o judiciário, no âmbito da União e dos diferentes entes federados, ou seja, estados e municípios.

Por outras palavras, os partidos políticos representando os diferentes grupos sociais e entidades são os principais responsáveis ou os responsáveis oficiais, formais, por propor a agenda ou a ideia inicial de uma política pública. Tendo em vista que existem muitas disputas políticas – com interesses políticos variados – nos espaços formais de atuação política, a agenda é algo gradual, incremental, é flexível, sujeita a acréscimos, e exige planejamento e articulação permanentes entre os grupos e entidades envolvidos nesse processo. É importante destacar nesse ponto a força de atuação dos partidos políticos como, além de propositores, veículos de representação da agenda. Uma vez que sem representação política formal a agenda não tem reconhecimento político oficial e efetivo, sendo assim descartada, abandonada e anulada.

A **2ª Etapa** corresponde à **formulação** da política pública. Trata-se da forma como essa ideia inicial (agenda), proposta pelos grupos sociais e entidades inscritas nos partidos políticos e representadas por eles, será transformada em política pública.

Envolve o processo decisório, o processo de análise, discussão e votação da ideia pelos representantes dos diferentes partidos políticos nos espaços formais de ação política. Bem como envolve as diferentes relações entre os poderes executivo e legislativo. Sendo que, neste contexto, o Poder Legislativo tem um papel fundamental na formulação de políticas públicas, sobretudo dentro da produção da base legal, da produção de leis. Haja vista que é a partir de suas ações que a ideia inicial passa a ser legítima e oficialmente esquematizada e organizada no papel possibilitando, assim, o início do processo de execução (SOUZA, 2006; COELHO, 2012, 2014).

A **3ª Etapa** diz respeito a **implementação** da política pública. A implementação é a própria execução. É quando a política pública sai do papel. Uma vez que a política pública está formulada, tem os recursos orçamentários e todos os recursos necessários estão aí dispostos, então, todos esses elementos começam a ser mobilizados para a política ser executada e alcançar o seu resultado. A partir desse momento o Poder Executivo assume a política pública e começa a efetivá-la, isto é, colocá-la em ação, em prática (SOUZA, 2006; COELHO, 2012).

Somente após transcorrido todo esse percurso é que adentramos na **4ª Etapa**, que corresponde a **avaliação da política pública**. Esse é um processo mais recente no Brasil. Muito importante discutirmos na atualidade uma gestão pública por resultados, por resultados na sociedade, bem como, termos instrumentos para sabermos se o Estado – em suas diferentes instâncias – está alcançando os objetivos daquelas políticas públicas executadas ou que estão em processo de execução. Por conseguinte, vem sendo desenvolvidos diferentes instrumentos de avaliação de políticas públicas, e o Brasil, inclusive, é referência em algumas áreas. Por exemplo, a área da Educação: em linhas gerais pode-se dizer que nos últimos 20 anos nosso país avançou com os indicadores de educação<sup>4</sup>, provas em nível nacional, provas aplicadas para os diversos níveis de ensino, as quais permitem comparar desempenhos entre escolas e entre estados. Todos esses elementos geram um debate sobre os resultados das políticas públicas existentes nessa área, os quais retroalimentarão a ação do Estado, no sentido de pressionar o Estado para melhorar onde há déficit, onde há lacuna e onde os resultados não são plenamente satisfatórios (SOUZA, 2006; COELHO, 2012).

---

4 Citamos como referência de indicador utilizado para aferir a qualidade da educação no Brasil o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado em 2007. E como referência de instrumento de avaliação, citamos o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Em última instância, os processos de avaliação das políticas públicas em geral, não apenas aqueles da área educacional, são os instrumentos que permitem redimensionar as ações políticas do Estado, nas diferentes áreas em que atua, devido as análises e discussões dos resultados que promovem. Estas análises e discussões promovidas pelos processos de avaliação são o que possibilitam surgirem novas ações e condutas políticas do Estado para enfrentar os desafios e problemas institucionais e sociais que se apresentam.

Diante disso, pensar em políticas públicas, no Brasil contemporâneo, também passa pela consideração de cada uma das etapas e processos mencionados. Pois refletir através deles, para além de ampliar os horizontes teóricos sobre o assunto, oportuniza visualizar quais são as nossas reais possibilidades de atuação enquanto cidadãos neste campo conflituoso, controverso e altamente dinâmico.

Outro ponto relevante na abordagem desse assunto é entendermos e diferenciarmos políticas de governo de políticas de Estado. De acordo com Oliveira (2011, p. 329)

Considera-se que políticas de governo são aquelas que o Executivo decide num processo elementar de formulação e implementação de determinadas medidas e programas, visando responder as demandas da agenda política interna, ainda que envolvam escolhas complexas. Já as políticas de Estado são aquelas que envolvem mais de uma agência do Estado, passando em geral pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, resultando em mudanças de outras normas ou disposições preexistentes, com incidência em setores mais amplos da sociedade.

Pode-se dizer ainda que as políticas de Estado são políticas regulares, de caráter permanente, dirigidas ao conjunto da população. Enquanto que as políticas de governo são políticas situacionais, de caráter menos prolongado, geralmente dirigidas à público-alvo específico da sociedade civil. Comumente as políticas de Estado seguem as etapas e processos que mencionamos acima, enquanto que as políticas de governo pouco seguem tal lógica. Em muitos casos as políticas de governo fundamentam-se quase que exclusivamente nas concepções que os representantes do poder executivo têm em relação a determinadas circunstâncias institucionais e sociais. Por isso, as políticas de governo tendem a ser mais voláteis e manipuláveis do que as políticas de Estado. As políticas de Estado tendem a ser menos voláteis e manipuláveis do que as políticas de governo justamente porque, em geral, passam pelo Parlamento ou por instâncias diversas de

discussão e análise, portanto, também tendem a ser menos corruptas e mais confiáveis do que as políticas de governo.

### **Apontamentos sobre Políticas Públicas Educacionais**

Trazendo a reflexão sobre políticas públicas para o campo educacional, pode-se afirmar que o campo das políticas públicas educacionais é, assim como os demais campos de ação das políticas públicas, altamente dinâmico e complexo. Fato que decorre especialmente da ação dos múltiplos interesses sociais, econômicos e culturais dos agentes políticos envolvidos neste campo, os quais orientam a constituição e valoração de suas demandas. Por conseguinte, entre outras coisas, destacamos que as diferentes demandas que constituem as políticas públicas educacionais existem em processo intenso de disputas e conflitos.

De acordo com Possoli (2009), a área macro, políticas públicas, pode ser desdobrada em quatro campos de atuação que compreendem as áreas: econômica, social, militar e política. A área educacional é uma subdivisão – subárea - da área das políticas sociais - políticas públicas da área social -, juntamente com a área da saúde, da habitação, da previdência social e outras. A autora apresenta as diferentes áreas das políticas públicas como “um todo dinâmico em que cada área interage com todas as outras” (POSSOLI, 2009, p. 20). Assim, entendemos que as áreas constituintes das políticas educacionais são as subdivisões específicas da área das políticas sociais, ou seja, saúde, habitação, previdência social e outras, as quais não existem isoladamente, mas sim em interação dinâmica e direta com a área econômica, a área militar e a área política. Nesse contexto, as políticas públicas educacionais são entendidas como ações políticas, de governo ou de Estado, legitimamente instituídas para atender as diferentes demandas da área educacional, pensadas por seus agentes definidores e dirigidas pelas instituições públicas nas diferentes instâncias de governo (POSSOLI, 2009).

Refletindo através das considerações de Possoli (2009) e Boneti (2006) sustentamos que a formulação de políticas públicas educacionais não deve ser resultado de decisões unilaterais de governo - em suas múltiplas esferas de poder -, e sim, da dinâmica interativa dos diferentes grupos sociais - inscritos nos vários setores da sociedade - na defesa de seus interesses específicos. Portanto, as decisões governamentais – manifestas nos poderes legislativo e executivo –, as quais legitimamente constituem e implementam as políticas públicas, devem ser resultado direto da interação dinâmica dos

diferentes grupos sociais na luta e defesa de seus interesses. Neste sentido, as decisões governamentais, e, por consequência, as políticas públicas resultantes destas decisões, deveriam existir especificamente para atender os diferentes interesses de cada grupo social e não outros interesses, alheios aos dos grupos sociais brasileiros inseridos nos espaços e processos políticos formais de decisão. Se isso não acontece, há a necessidade de serem repensados os sentidos e os caminhos de ação das políticas públicas, em particular das políticas públicas educacionais, para que seja estabelecida coerência entre os objetivos dessas políticas e os interesses dos grupos sociais, diminuindo assim as possibilidades de distorção e corrupção das mesmas.

Por outro lado, redimensionando o percurso reflexivo, visualizamos que em um contexto de capitalismo globalizado, como o atual, atravessado pelas relações neoliberais de mercado, onde o principal modelo de acumulação de produção é do tipo flexível<sup>5</sup>, além de surgirem novos setores e grupos sociais e serem ampliados os já existentes, tornam-se ainda mais acentuadas as disputas de interesses entre os diferentes grupos sociais. Por outras palavras, isso significa dizer que, no contexto do capitalismo globalizado, são ampliadas e intensificadas as tensões sociais e as lutas pelo poder político e econômico. (BONETI, 2006; POSSOLI, 2009).

Atentando-se para o fato de que os agentes definidores das políticas públicas educacionais existem, especificamente, nesse contexto referido acima, compreendemos que tais agentes estão em constante concorrência, conflito e disputa de interesses. O que pode ser, dependendo do ponto de vista de análise, algo tanto positivo como extremamente negativo para viabilização de políticas públicas, em especial as educacionais (SANDER, 2005; SOUZA, 2016). Uma vez que, por exemplo, de um ponto de vista negativo, podem ser desenvolvidos instrumentos, mecanismos ou aparelhos institucionais excessivamente burocráticos, no intuito apenas de obstaculizar, dificultar o planejamento e a implementação de propostas de ações qualitativas na área educacional. Por outro lado, de um ponto de vista positivo, essa situação pode propiciar que grupos sociais com pouca representatividade, também, participem ativamente na elaboração das políticas públicas, fazendo com que estas políticas atendam as demandas específicas de seus interesses (BONETI, 2006).

---

5 Acumulação flexível: modo de produção caracterizado pela produção de acordo com a demanda, objetivando a não acumulação de produtos e matérias-primas. Este perfil de organização produtiva determina, entre outras coisas, uma relação competitiva e seletiva dos sujeitos sociais na disputa dos espaços, na luta pela inserção social (ARANHA, 2003)

Nessa conjuntura, visualizamos como agentes definidores das políticas públicas educacionais as organizações de classes, as diferentes representações profissionais e sindicais, as ONG e os diferentes movimentos sociais inscritos em processos políticos formais de decisão. É importante salientar que no processo, tanto de planejamento, quanto de operacionalização e implementação dessas políticas, estão presentes, atuando de diferentes maneiras, as relações de poder entre os diferentes grupos sociais e destes grupos com o governo, as inserções ideológicas, as concepções científicas e as correlações de forças sociais, que configuram fator determinante nas ações e resultados a serem alcançados por tais políticas (BONETI, 2006; POSSOLI, 2009; SOUZA, 2016).

A conjunção desses elementos, entre outras coisas, pode conduzir a constituição de políticas educacionais de dois tipos, quais sejam: **a)** políticas públicas educacionais afinadas com as necessidades educacionais reais, isto é, estruturadas sobre a possibilidade de contribuir para solucionar problemas escolares concretos, sejam eles de gestão, de investimento em infraestrutura ou de capacitação de recursos humanos para atuar nos processos de ensinar-aprender, entre tantos outros; e **b)** políticas públicas educacionais paliativas desvinculadas da realidade concreta, conduzindo à banalização da educação e dos processos escolares. É essencial que lutemos, enquanto cidadãos conscientes, éticos e responsáveis para que sejam concretizadas políticas educacionais como as do primeiro tipo. Na seção seguinte abordaremos algumas políticas públicas educacionais e programas de incentivo à integração de tecnologias no ensino.

### **Políticas e programas de incentivo à integração de tecnologias no ensino**

Em conformidade com Boneti (2006, p. 79)

Tendo em vista o novo perfil da organização produtiva das últimas décadas, o qual determinou o aparecimento de uma relação competitiva e seletiva dos sujeitos sociais em torno dos espaços sociais; levando em conta ainda o novo perfil da organização política (do Estado), afinado com as exigências da organização produtiva, não mais garantindo o pleno emprego e deixando a cargo da individualidade a preparação para o enfrentamento da competitividade, entende-se que as **políticas públicas de inovação tecnológica e/ou distribuição do saber socialmente construído** são as de maior impacto social devido à complexidade que lhes são inerentes, beneficiando alguns segmentos sociais em detrimento de outros. (grifo nosso)

No contexto deste estudo, cujo enfoque é o Ensino Médio, destaca-se que esta etapa de ensino é fundamental para a formação dos estudantes, sendo o marco inicial de

uma nova caminhada formativa do jovem. Momento em que serão consolidadas competências e habilidades, tanto para o ingresso na Universidade ou no ensino profissionalizante, quanto para sua inserção no mercado de trabalho, sendo necessário enfatizar que uma grande parcela dos estudantes do ensino médio, da rede pública, já trabalha, por isso tem recebido uma atenção especial e maiores investimentos.

Nesta perspectiva faz-se relevante considerar a existência na contemporaneidade de diferentes ações do Estado em relação a integração de tecnologias nas escolas. Diferentes políticas públicas e programas de incentivo à integração das tecnologias no ensino vem sendo implantadas, as quais apresentam a possibilidade de gerar mudanças nas práticas escolares, se devidamente desenvolvidas.

Por esse ângulo, pensando em oferecer formação contextualizada e atualizada, o Estado tem investido em programas de instrumentalização dos ambientes escolares e cursos de formação de professores. O Ministério da educação vem implantando diferentes programas, um destes é o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo), criado em 1997 pela Portaria nº 522 e remodelado em 2007, passando a denominar-se ProInfo Integrado, que visa tanto auxiliar no processo pedagógico dos estudantes das escolas públicas de educação básica como na inclusão digital dos mesmos. (BRASIL, 2007).

Ao escrever sobre o Programa Proinfo a Secretaria de Educação a Distância (SEED) sustenta que o mesmo propôs os seguintes objetivos:

1. Melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem [...];
2. Possibilitar a criação de uma nova ecologia cognitiva nos ambientes escolares mediante incorporação adequada das novas tecnologias da informação pelas escolas [...];
3. Propiciar uma educação voltada para o desenvolvimento científico-tecnológico [...];
4. Educar para uma cidadania global numa sociedade tecnologicamente desenvolvida [...] (BRASIL, 1997, p.7).

Em conformidade com este documento da SEED, o Proinfo foi criado para atender todas as escolas da rede pública de ensino de todos os estados brasileiros, por meio da colaboração entre MEC e as demais esferas governamentais estaduais e municipais. O sucesso do Programa dependeria, fundamentalmente, da capacitação dos recursos humanos envolvidos em sua operacionalização, principalmente os professores. A ideia era implantar laboratórios de informática nas escolas públicas de educação básica e capacitar os professores, gestores e outros agentes educacionais para a utilização pedagógica das tecnologias.

Segundo as metas iniciais do Proinfo, sua implementação aconteceria de forma descentralizada, respeitando as peculiaridades de cada Estado, num ambiente de interação viabilizando uma série de benefícios, dentre os quais podem ser destacados os seguintes:

1. a melhoria da qualidade e eficiência do sistema educacional público brasileiro;
2. o baixo custo dos investimentos, correspondente a US\$ 72.00 por aluno beneficiado, já incluída a montagem de infraestrutura de formação e custeio de profissionais por dois anos;
3. o acesso de alunos de menor poder aquisitivo a recursos tecnológicos, possibilitando-lhes uma inserção mais vantajosa no mercado de trabalho;
4. a geração direta e indireta de empregos (mormente no setor serviços);
5. a difusão da informática em novos mercados consumidores, pelo evidente efeito demonstração nas “vitrines escolares”;
6. contribuição para o revigoramento e a mudança de perfil de economias locais, mediante formação de recursos humanos melhores capacitados;
7. a utilização dos equipamentos pelas comunidades, inclusive em cursos específicos de interesse da vocação econômica local;
8. melhoria na gestão escolar;
9. acesso as redes de informações globais (internet) (BRASIL, 1997, p.19).

Em relação ao acompanhamento e avaliação do Programa, esse documento indica que seriam contemplados indicadores como: “índice de repetência e evasão; habilidades de leitura e escrita; [...] desenvolvimento das habilidades de trabalho em equipe; [...] o acesso à tecnologia por alunos de classes socioeconômicas menos favorecidas [...]” (BRASIL, 1997, p. 11).

Embora este programa apresente grande amplitude de objetivos, sabemos que foi pautado em uma concepção que articula tecnologia e educação de maneira limitada, dado que entende as TIC apenas enquanto *ferramentas de apoio a educação*. Tal concepção objetivava apenas formar os professores numa perspectiva instrumental, com cursos sobre como utilizar determinados softwares, visando animar as dinâmicas pedagógicas e torná-las mais atraentes. Bonila (2010, p. 45) sustenta que essa perspectiva, que orientou a elaboração e implementação do ProInfo, foi desenvolvida na “década de 1980, a partir das discussões que marcaram o I e o II Seminário Nacional de Informática na Educação, promovidos pela SEI, MEC e CNPq, em 1981, em Brasília, e 1982, em Salvador, respectivamente”. Nestes seminários os pesquisadores da época assumiram a posição de que o uso do computador<sup>6</sup> deveria apenas auxiliar no processo de ensino-aprendizagem

---

6 Nesta época não se pensava em outras Tecnologias além do computador, que inclusive não era conectada à Internet. Apenas após a reformulação do Proinfo em 2007 é que outras tecnologias entram em cena na educação brasileira.

e educacional em geral, não sendo um determinante da educação (OLIVEIRA, 1997; MORAES, 1993, 1997).

Fazendo uma análise crítica dos resultados das ações do Proinfo na educação nas últimas décadas, Silva (2011, p. 537) afirma que

É evidente que muitas das metas do Proinfo foram cumpridas; entretanto, a sua meta principal está longe de ser atingida: nenhum país com 14 milhões de analfabetos está “propiciando uma educação voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico, e para uma cidadania global numa sociedade tecnologicamente desenvolvida”.

Trata-se de uma análise contundente que revela a necessidade de repensar cuidadosamente as ações socioeducacionais promovidas pelo programa no intuito de torná-lo mais eficaz no contexto das escolas.

Com efeito, o ProInfo Integrado criado em 2007<sup>7</sup>, no contexto do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, pelo decreto nº 6.300, remodelando o antigo ProInfo da década de 1990, surge com um novo e diferenciado enfoque, tentando suprir algumas lacunas da versão anterior. Constitui-se em um programa de formação voltada para o uso didático-pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no cotidiano escolar, articulado à distribuição dos equipamentos tecnológicos nas escolas e à oferta de conteúdos e recursos multimídia e digitais oferecidos pelo Portal do Professor, pela TV Escola e DVD Escola, pelo Domínio Público e pelo Banco Internacional de Objetos Educacionais.

No intuito de promover a utilização pedagógica das TIC, o Decreto 6.300 (BRASIL, 2007, não paginado) apresenta os seguintes objetivos:

- I – promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas escolas de educação básica das redes públicas de ensino urbanas e rurais;
- II – fomentar a melhoria do processo de ensino e aprendizagem com o uso das tecnologias de informação e comunicação;
- III – promover a capacitação dos agentes educacionais envolvidos nas ações do Programa;
- IV – contribuir com inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, da conexão à rede mundial de computadores e de outras tecnologias digitais, beneficiando a comunidade escolar e a população próxima às escolas;
- V – contribuir para a preparação dos jovens e adultos para o mercado de trabalho por meio do uso das tecnologias de informação e comunicação;
- e
- VI – fomentar a produção nacional de conteúdos digitais educacionais

---

7 Dividiu-se em dois: Proinfo Urbano e Proinfo Rural, com o objetivo de atender também as escolas situadas nas zonas rurais.

Em termos práticos, de aquisição de recursos através deste programa, podemos dizer que o MEC/FNDE compra, distribui e instala laboratórios de informática, fornece acesso à internet, projetores multimídia, tablets, lousa digital e netbooks nas escolas públicas de educação básica. Em contrapartida, os governos locais – prefeituras e governos estaduais – devem providenciar tanto a infraestrutura das escolas, indispensáveis para que elas recebam os computadores, como a capacitação dos profissionais para a utilização pedagógica dos mesmos.

O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNFEM) é outro programa educacional. Instituído pela Portaria nº 1.140, de 22 de novembro de 2013, e representa a articulação e a coordenação de ações e estratégias entre a União e os governos estaduais e distrital na formulação e implantação de políticas para elevar o padrão de qualidade do Ensino Médio brasileiro, em suas diferentes modalidades, orientado pela perspectiva de inclusão de todos que a ele tem direito. (BRASIL, 2013).

De acordo com Ramos e Tomazetti (2016, p.17)

Nos anos de 2014 e 2015, os professores do Ensino Médio do Brasil tiveram a oportunidade de participar de um programa nacional de formação continuada. Em todas as regiões do país, com suas diferentes realidades os professores foram convidados pelo Ministério da Educação a fazerem parte do **Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio** – PNFEM. Este programa era parte de um conjunto de políticas de educação criadas pelo governo federal, cujo objetivo final seria a melhoria da qualidade da educação básica, atendendo aos princípios da LDB 9394/1996 e do Plano Nacional de Educação, PNE 2014-2024, do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto nº. 6.094/2007) e das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (Resolução CNE/CBE nº. 2/2012).

O principal objetivo do PNFEM era promover formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam nas redes estaduais de ensino. Os agentes que pactuaram foram o Ministério da Educação, que propôs a ação; as Secretarias Estaduais de Educação, responsáveis pelas escolas que oferecem Ensino Médio no país e as Universidades Públicas Estaduais.

Em um primeiro momento duas ações estratégicas foram articuladas, o redesenho curricular - que ainda está em desenvolvimento nas escolas da rede pública por meio do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) - e a Formação Continuada de professores do Ensino Médio, as quais iniciaram no primeiro semestre de 2014 a execução de sua primeira etapa e concluíram sua última etapa em 2015.

O Programa Ensino Médio Inovador-ProEMI, foi a estratégia do Governo Federal para induzir as escolas à elaboração do redesenho dos currículos do Ensino Médio para a oferta de educação de qualidade com foco na formação humana integral. Criado através da portaria nº 971 de 09 de outubro de 2009, “com vistas a apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas do ensino médio não profissional” (BRASIL, 2009, p.52).

Neste sentido, busca materializar as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Resolução CEB/CNE nº 2, de 30 de janeiro de 2012). O programa teve foco na elaboração, por parte da escola, de Projeto de Redesenho Curricular (PRC) que apresentasse na perspectiva da integração curricular, articulando as dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e **da tecnologia**, conforme previsto nas respectivas diretrizes. Trata-se de um programa educacional de longo prazo uma vez que objetiva:

- I - expandir o atendimento e melhorar a qualidade do ensino médio;
- II - desenvolver e reestruturar o ensino médio não profissionalizante, de forma a combinar formação geral, científica, tecnológica, cultural e conhecimentos técnico-experimentais;
- III - promover e estimular a inovação curricular no ensino médio;
- IV - incentivar o retorno de adolescentes e jovens ao sistema escolar e proporcionar a elevação da escolaridade;
- V - fomentar o diálogo entre a escola e os sujeitos adolescentes e jovens;
- VI - promover uma escola média onde os saberes e conhecimentos tenham significado para os estudantes e desenvolvem sua autonomia intelectual;
- VII - desenvolver a autonomia do estudante por meio do oferecimento de uma aprendizagem significativa.
- VIII - criar uma rede nacional de escolas de ensino médio públicas e privadas que possibilite o intercâmbio de projetos pedagógicas inovadores.
- IX - promover o intercâmbio dos Colégios de Aplicação das IFES, dos Institutos Federais e do Colégio Pedro II com as redes públicas estaduais de ensino médio.
- X - incentivar a articulação, por meio de parcerias, do Sistema S com as redes públicas de ensino médio estaduais (BRASIL, 2009, p.52, grifo nosso).

Outro programa federal em pleno processo de operação em muitas escolas é o Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE). Este programa tem como objetivo conectar todas as escolas públicas urbanas à Internet, rede mundial de computadores, por meio de tecnologias que propiciem qualidade, velocidade e serviços para incrementar o ensino público no país.

O Programa Banda Larga nas Escolas foi lançado no dia 04 de abril de 2008 pelo Governo Federal, por meio do Decreto nº 6.424 que altera o Plano Geral de Metas para a

Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público – PGMU (Decreto nº 4.769). Com a assinatura do Termo Aditivo ao Termo de Autorização de exploração da Telefonia Fixa, as operadoras autorizadas trocam a obrigação de instalarem postos de serviços telefônicos (PST) nos municípios pela instalação de infraestrutura de rede para suporte a conexão à Internet em alta velocidade em todos os municípios brasileiros e conexão de todas as escolas públicas urbanas com manutenção dos serviços sem ônus até o ano de 2025. (PORTAL MEC, 2016)

A gestão do Programa é feita em conjunto pelo Ministério da Educação (MEC) e pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), em parceria com o Ministério das Comunicações (MCOM), o Ministério do Planejamento (MPOG) e com as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais (PORTAL MEC, 2016).

### **Considerações Finais**

Silva (2011) e Alonso (2008) sustentam que a inserção de tecnologias na educação é fundamental, no entanto, não podemos limitar o debate sobre a questão da qualidade da escola brasileira a essa inserção. Um dos pontos principais sobre este assunto está em, mais do que aparelhar as escolas, saber o que fazer com os recursos que estão na escola. E isso passa, necessariamente, pelo investimento na formação<sup>8</sup> e na carreira do professor e pela construção de um projeto pedagógico bem estruturado, que garanta uma práxis profissional efetivamente transformadora. Este é um ponto central a ser sinalizado.

Por outro lado, cabe destacar que, para que sejam alcançados os objetivos das políticas e programas de incentivo à integração de tecnologias no ensino que discutimos acima, - para além de serem respeitados e cumpridos os trâmites, ciclos ou etapas inerentes a toda política pública - importa que, também, os sujeitos da escolarização, isto é, gestores, professores e estudantes, empenhem-se para por em ação as propostas destas políticas. Pois é desejável que as ações das políticas sejam consoantes com as ações escolares. Haja vista que tal sintonia pode favorecer o desenvolvimento de ações mais coerentes com os contextos e exigências contemporâneas da escolarização.

---

8 Formar o professor para desenvolver fluência em TIC. “[...] Fluência em TIC é a denominação utilizada para a capacidade específica em TIC de profissionais de outras áreas (não tecnológicas) para aplicar as TIC em suas áreas utilizando como base a conceituação do Comitê de Alfabetização em Tecnologias de Informação dos EUA” (ABEGG, 2009, p.56).

Ora, se considerarmos que tais políticas e programas são limitados, insuficientes ou incompatíveis com as necessidades escolares, nos parece que são necessárias novas ações e propostas para melhorá-los, e não ações apenas para criticá-los sem a apresentação de perspectivas diferentes. Pois, se mesmo através das múltiplas ações que até então se vêm promovendo é possível verificar que a integração de tecnologias no ensino ainda é precária e insipiente, depreciá-los e banalizá-los pode tornar esta integração – entendida por nós como essencial para a qualificação educacional – um processo, de fato, cada vez mais complicado, para não dizer completamente inviável.

Por conseguinte, sinalizamos que há a necessidade de exame constante de tais políticas e programas, mas não para inutilizá-los e sim para fortalecê-los e aperfeiçoá-los. Dado que seria extrema irresponsabilidade, tanto com o bem público quanto com os cidadãos, após os vultuosos investimentos realizados, agir de modo a simplesmente descartá-los. Novas políticas são indispensáveis, mas para isso não há necessidade de serem abandonadas as existentes, importa que continuem, ao menos até surgirem e serem efetivadas ações melhores que as em curso.

## Referências

ABEGG, I. **Produção colaborativa e dialógico-problematizador mediados pelas tecnologias da informação e comunicação livres**. Tese de doutorado. Porto Alegre, 2009.

ALONSO, K. M. **Tecnologias da informação e comunicação e formação de professores: sobre rede e escolas**. Educ. Soc. Campinas, vol. 29, n. 104 – Especial, p. 747-768, out. 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> . Acessado em 29/04/2017.

BONETI, L. W. **Políticas Públicas por dentro**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

BONILLA, M. H. S. Políticas públicas para inclusão digital nas escolas. **Revista Motrivivências**. Ano XXII, Nº 34, P. 40-60 Jun./2010.

BRASIL. Formação de professores do Ensino Médio. Etapa I – Caderno II: o jovem como sujeito do ensino médio. **Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Básica**; [organizadores: Paulo Carrano, Juarez Dayrell]. Curitiba: UFPR/Setor de educação, 2013. Disponível em: <[http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/epub/caderno\\_2.epub](http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/epub/caderno_2.epub)>. Acessado em: 29 abril 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997. **Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 jul. 1997.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Portaria nº 971/MEC. **Programa Ensino Médio Inovador**. Brasília MEC/DOU, 2009. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13439&Itemid=1038](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13439&Itemid=1038)>. Acesso em: 15 nov. 2016.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional – ProInfo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 dez. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6300.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6300.htm)>. Acessado em 28 jan. 2017.

COELHO, F. S. Reformas e Inovações na Gestão Pública no Brasil Contemporâneo. In: José Mario Brasiliense Carneiro; Humberto Dantas. (Org.). **Parceria Social Público-Privado** - textos de referência. 1 ed. São Paulo: Oficina Municipal, 2012, v, p. 1-376

POSSOLI, G. E. **Políticas educacionais e seus agentes definidores**: pressupostos para a definição de políticas para a educação profissional. Revista Educação Profissional: Ciência e Tecnologia, vol. 3, nº2, p. 237-247, jan./jun. 2009.

RAMOS, N. V. TOMAZETTI, E. M. Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio: uma experiência de Formação Continuada de professores desde a UFSM. In. **Pacto nacional pelo fortalecimento do ensino médio UFSM**: narrativas de experiência. Organizado por Cláudia Cristiane Benetti [et al]. Santa Maria: Editora e Gráfica Caxias, 2016.

SANDER, B. **A produção do conhecimento em políticas e gestão da educação**. Linhas Críticas, Brasília, v. 11, n. 20, p. 41-54, jan./jun. 2005.

SILVA, Â. C. da. Educação e Tecnologia: entre o discurso e a prática. **Revista Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**. Revista trimestral. Rio de Janeiro, Fundação Cesgranrio, v. 19 n.72, p.527-554, jul./set. 2011.

SOUZA, Â. R. de. A política educacional e seus objetos de estudo. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 1, n. 1, p. 75-89, jan./jun. 2016.

---

Recebido em Junho de 2017  
Aprovado em Outubro de 2017  
Publicado em Novembro de 2017

---

# JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN 1981-1969

Volume 11

Número 16

13 de novembro 2017



O Copyright é retido pelo/a autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação ao **Jornal de Políticas Educacionais**. Mais informação da licença de Creative Commons encontram-se em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/s autor/es e pelo periódico.

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS é uma publicação do Núcleo de Políticas Educacionais do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR, em consórcio com a Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPR, que aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à redação. As colaborações devem ser enviadas ao NuPE/UFPR, conforme orientações contidas nas páginas do periódico na internet: <http://revistas.ufpr.br/ipe>.

#### Indexação:

*BBE – Biblioteca Brasileira de Educação (MEC/INEP)*

*Clase (Base de Datos Bibliográfica de Revistas de Ciencias Sociales y Humanidades)*

*Diadorim – Diretório de Política de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras (IBICT)*

*Google Scholar*

*Index Copernicus*

*Portal de Periódicos (CAPES)*

*SER – Sistema Eletrônico de Revistas da Universidade Federal do Paraná (SER/UFPR)*

*Sumários de Revistas Brasileiras (FUNPEC-RP)*

*DRJI - Directory of Research Journals Indexing*

(Periódico integralmente disponível apenas em via eletrônica)

Jornal de Políticas Educacionais / Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR – v.1, n. 1 (1º semestre de 2007) – Curitiba: NuPE/UFPR.

Volume 11, número 16 – 2017

ISSN 1981-1969

1. Educação – Periódicos. 2. Política Educacional – Periódicos. I. NuPE/UFPR

#### Comitê Editorial:

Ângelo Ricardo de Souza (UFPR)

Ana Lorena Bruel (UFPR)

Marcos Alexandre Ferraz (UFPR)

#### Conselho Editorial:

Andréa Barbosa Gouveia (UFPR), Ângela Hidalgo (UNICENTRO), Cesar Gernomino Tello (Universidad Nacional TresFebrero, Argentina), Gladys Beatriz Barreyro (USP), Juca Gil (UFRGS), Jefferson Mainardes (UEPG), João Ferreira de Oliveira (UFG), Luiz Souza Júnior (UFPB), Marcos Edgard Bassi (UFSC), Regina Maria Michelotto (UFPR), Robert Verhine (UFBA), Rosana Cruz (UFPI), Rubens Barbosa Camargo (USP),

Sebastián Donoso Díaz (Universidad de Talca, Chile), Taís Moura Tavares (UFPR), Theresa Adrião (UNICAMP), Vera Peroni (UFRGS).

---

Jornal de Políticas Educacionais  
Universidade Federal do Paraná  
Setor de Educação  
Núcleo de Políticas Educacionais – NuPE/UFPR  
Rua Gal. Carneiro, 460 – 4º andar – Sala 407/C  
80.060-150 – Curitiba – PR – Brasil  
Tel.: 41-3360-5380  
jpe@ufpr.br  
<http://revistas.ufpr.br/jpe>